

DOCUMENTOS TRABALHISTA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA: PROPOSTAS E POSSIBILIDADES

Sandeilson Beserra Nunes¹
João Batista Gonçalves Bueno²

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo relatar as atividades desenvolvidas acerca da pesquisa com os processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13). Logo esta pesquisa possibilitará o uso destes processos como elemento potencializador para o ensino da História local. Este traz para o arcabouço das possibilidades inovadoras de pesquisa para professores da escola pública de nível fundamental e médio. Deste modo, fazendo um recorte mais específico entre os períodos de 1980 a 1992. Desta forma com estes processos podemos enxergar várias possibilidades de atividades para ensino de História seja a; Escravidão no Brasil, Era Vargas e tantos outros acontecimentos. Desta forma, a pesquisa só se torna possível devido aos recortes historiográficos feitos a luz da leitura e suas relações entre ensino de História e mundo do trabalho, ou seja, buscamos correlacionar o ensino e as questões inerentes ao trabalho ao decorrer deste período fazendo paralelos entre passado e presente. Utilizamos de início referências teóricas para produção como J. Le Goff e W. Benjamin, EP. Thompson e historiadores ligados ao ensino de História dando dinamismo e corpo a pesquisa.

Palavras-chave: Ensino de História; Documentos; Justiça do trabalho.

INTRODUÇÃO:

A história se faz com documentos escritos, sem dúvida, quando eles existem. Mas ela pode ser feita, ela deve ser feita com tudo o que a engenhosidade do historiador lhe permitir utilizar (FEBVRE, 1974, p. 21)

Não se produz conhecimento histórico sem o amparo das fontes históricas, ou seja, sem o manuseio de vestígios ou registros do passado que possibilitem a construção do olhar do historiador a partir de questões de seu tempo, isto é, a partir das indagações que o presente permite fazer sobre o documento histórico. Entretanto o modo, e os objetivos do saber histórico escolar diferenciam-se do saber histórico acadêmico: enquanto o pesquisador direciona seus esforços para elaborar interpretações sobre o passado a partir de fontes históricas, o professor de História se procura em contribuir para o desenvolvimento de habilidades e competências indispensáveis à construção de um pensamento histórico.

Deste modo, cumprindo as exigências referentes às atividades parciais do Programa de Iniciação Científica (PIBIC), cota 2014/2015, do projeto “Levantamento e elaboração de propostas de ensino de História a partir do uso de processos da Justiça do Trabalho da Paraíba”, desenvolvido no curso no Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB), sob orientação do professor Dr. João Batista Gonçalves Bueno.

Assim, partindo desse ponto o uso de documentos propicia a universidade a criar estruturas que possibilitem o contato com uma fonte histórica que dentro da mesma é possível perceber várias outras fontes interligadas formando uma espécie de “teia” que paulatinamente

¹ Graduando do Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-Paraíba, bolsista do PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, e-mail: sandeilson@hotmail.com

² Coordenador de área do PIBID, Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira-Paraíba, e-mail: joaobgbueno@hotmail.com

vai sendo alinhavado e construído essa concha de retalhos do passado, trazendo inúmeras contribuições para as pesquisas acadêmicas dando suporte para a pesquisa histórica.

Um dos fundamentos principais do ofício do historiador é a análise de documentos. A historiografia no século XX ampliou as dimensões da pesquisa para o historiador ao valorizar todo e qualquer registro humano como uma fonte potencial de interpretação da sociedade. Os documentos, nessa perspectiva, são registros das ações humanas, seja de qualquer natureza: escritos, visuais, orais, monumentos etc.; são datados e localizados em tempos e espaços específicos; expressam o contexto histórico de uma dada época, pois revelam e evidenciam sentimentos, costumes, valores, ideologias.

Trabalhar com os processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB). Logo estes documentos nos dão inúmeras possibilidades de trabalho acerca do ensino de História a fim de despertar o caráter crítico e reflexivo dos alunos e colaborar com um suporte para aulas de História dos professores da escola básica.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA:

A Justiça do Trabalho foi criada durante o governo de Getúlio Vargas, em 1º de maio de 1941, para tentar estabelecer a conciliação entre patrões e trabalhadores, e atenuar os conflitos na relação capital/trabalho através da execução da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT. A CLT foi criada, em 1943, contemplando a garantia de uma série de direitos para os trabalhadores urbanos. As leis trabalhistas não surgem do dia para à noite, as leis foram fruto de intensos conflitos, principalmente, durante o período da Primeira República. Como afirma Claudio Batalha:

Os primeiros anos do século XX reuniram algumas condições favoráveis à eclosão de movimentos reivindicativos dos trabalhadores: por um lado, uma conjuntura econômica propícia à obtenção de ganhos, com uma fase de expansão da economia iniciada em 1903; por outro, a proliferação de organizações operárias voltadas para a resistência, isto é, para a luta sindical. Em alguns casos essas organizações surgiram em decorrência de movimentos grevistas, em outros precederam as greves; em todo caso, nasceram em momentos de mobilização das categorias que as criaram. Desse modo, categorias inteiras que não haviam passado por experiências prévias de organização formaram sociedades. Em São Paulo, por exemplo, houve aumento significativo do número de greves nos primeiros anos do século com relação ao período precedente; em contrapartida verificou-se um incremento na organização dos trabalhadores em sociedades de resistência. (BATALHA, 2000, p. 39).

Partindo dessa propostas, a nossa temática do projeto contempla eixos principais de pesquisa no âmbito do Ensino das disciplinas escolares que ratificam as perguntas “o que ensinar?” e “como ensinar?”. Tendo em vista que buscamos investigar de forma aprofundada os níveis de compreensão do passado e do presente dando maior dinamismo e suporte para os alunos da escola básica, buscando sentidos e significados nos propósitos da História. (BARCA, 2011).

Os processos da Justiça do trabalho, vistos assim como documentos monumentos, trazem consigo História do seu tempo e nos faz compreender o presente. Observamos nestas suas relações sociais e culturais que por muitas vezes se encontram Livros Didáticos e conteúdo de História que nos apresentam várias visões de mundo em um desdobramento de um documento, que foi escrito em um tempo para explicar outro tempo.

Finalmente esta análise dos documentos elucida que o ensino não se restringe aos fatos e conteúdo do passado, mas sim do desenvolvimento em conexões de diálogos fazendo paralelos entre passado, presente e futuro. A partir disso, acreditamos que o indivíduo consiga

produzir uma relação de conhecimento que vá além do conhecimento prático do passado pragmático, “dado pronto e acabado”, criando significados para o presente e possibilidades para uma projeção crítica do seu futuro.

METODOLOGIA:

Para o levantamento do projeto usamos critérios intencionais na seleção dos documentos, que foram feitos através de leitura e análise em conjunto dos processos da Justiça do Trabalho, e o que sem encontra escrito nos processos e se possuem relação com o tempo presente. Destacamos recortes historiográficos que elucidem as visões de mundo e os sujeitos nela inseridas e suas relações com o trabalho e como estas se associam com as relações acerca do ensino de História.

Sendo assim buscamos analisar tais perspectivas e se correlacionam com emaranhado universo do trabalho tendo nos documentos da Justiça do Trabalho o ponto de partida para a elaboração de um ensino de História que construa no documento possibilidades inovadoras para relação ensino aprendizado da escola básica.

Utilizamos os seguintes critérios para levantamento da pesquisa:

- I. Apontar e averiguar as representações trabalhista da região de Guarabira nas últimas duas décadas do século XX;
- II. Mostrar sobre a produção do conhecimento histórico-escolar, a partir das complexidades de significados e interpretações suscitadas pela leitura das fontes do arquivo;
- III. Apresentar questões que contribuam para as discursões e reflexões sobre novas possibilidades de ensino-aprendizagem de História, via a utilização de processos da Justiça do Trabalho;
- IV. Conceder ao site do NDH, sugestão de atividades que possam ser utilizados em sala de aula.

RESULTADOS:

É na escola que se fundamenta, a formação e perpetuação de valores e convenção de uma sociedade. É nesse meio lúdico que se busca permear o Ensino de História trazendo sentido e significado tanto para o aluno quanto para o professor. Em meio a essa cultura escolar o Livro didática foi aos poucos se tornando protagonista do Ensino de história, gerando um mercado lucrativo e importante para educação.

Nesses últimos anos o Livro didático adotado nas escolas públicas vem sendo adulterado, deixando o conteúdo de lado e dando lugar a ilustrações cada vez maiores, dando aos alunos mais atratividade. Outro ponto relevante é que os Livros dão mais facilidade aos professores, pois nele existem manuais que dão todo suporte que o professor necessita, transformando assim o Ensino de História em “receita” que deve ser testada em sala de aula. Deste modo, o Livro Didático auxilia no preparo da aula, por outro ele tira sensibilidade dele e do aluno já que são leitores prementes, que se isolam as possibilidades criativas, muitos historiadores chamam o Livro Didático de “máquina de moer celebro”.

Alterações no governo, elaborações de novas metodologias educacionais, que sejam implementadas e adotadas em sala de aula, que são rapidamente absolvidas pelos livros didáticos, para desprezo dos professores, quem vem no Livro a facilidade e praticidade para solucionar seus problemas. Nesta ótica de constante discussão dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que vem criando propostas de diversificação de abordagens, além de objetivos e temas, que podem ser trabalhados e explorados no cotidiano escolar.

Ao lado do Livro Didático, relações iconográficas, cinema, dinâmicas em equipe e o documento contribuem para potencialização da aprendizagem. Os documentos históricos seja ele de origem; sonora, visual ou escrita, tendo cada um uma forma peculiar de se trabalhar em sala de aula.

Para criar corpo este projeto se interessa na discussão dos documentos históricos escrito, os documentos de processos trabalhistas provenientes do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB) e como estes podem ser utilizados como eixos temáticos de atividades de história. Para tanto procuramos aproveitar um tema muito presente nos bancos escolares O Trabalhismo Na Era Vargas e seu período (1930 a 1945), coordenado pelo prof. Dr. João Batista Gonçalves Bueno da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB.

O objetivo deste projeto era compreender, através dos autos findos da justiça, como a história do trabalho pode ser contada, como por meio dos processos trabalhistas, e compreender suas relações e como isto pode ser aplicado dentro da sala de aula sendo mais um suporte didático para o professor, a pesquisa tem recorte regional no estado da Paraíba em Especial o Agreste, Brejo e Zona da Mata.

Dentre inúmeros processos localizados chamou a atenção o processo de M. R.M. um agricultor que reivindica seus direitos trabalhistas perante a uma oligarquia rural que não o reconhece como trabalhador apenas o explora como escravo. Vejamos um trecho do processo:

O reclamante iniciou sua prestação laboral para o reclamado (...) onde, trabalhando na produção segunda a sexta feira e as vezes aos sábados quando avia transportes. Que sua remuneração não atingia o salário: mínimo da categoria e nem mesmo o nacional, uma vez que no ata da demissão recebeu uma última remuneração (...) NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92 (Grifos nossos)

Com isto podemos fazer vários links com o conteúdo de história tendo em vista o latente anseio de um trabalhador receber aquilo que lhe garantido pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, tornando esse fragmento do processo um elemento para uma aula intuitiva de História, mostrando rupturas e permanências dos processos históricos.

Sabemos como é difícil retirar esse aluno da inercia, da realidade decorativa da história, tendo em vista a carga elevadíssima de conteúdos maçantes que o mesmo recebe durante todo o ano letivo. Toda via acreditamos e procuraremos mostrar como que se for permitido ao aluno perceber que a utilização de documentos retira o ensino de história de um campo, que aproxima o campo do aluno do “virtual” para o “real” mais palpável, próximo de sua realidade, ou seja, gera um evento “sedutor” tornando o aprendizado produtivo trazendo a aluno para ser pesquisador, produtivo e desafiador.

Tendo como suporte que os PCNs em suas diretrizes incorporam novas fontes, para o ensino de História, que dão direção nas aulas desta disciplina. Chamando a atenção para que:

Utilizar documentos históricos na sala de aula requer do professor conhecer e distinguir algumas abordagens e tratamentos dados às fontes por estudiosos da história. Requer dele a preocupação de recriar, avaliar e reconstruí metodologias do saber histórico para situação de ensino e aprendizagem (MEC/SEF, 1998, p. 89).

Compreendendo, a proposta do PCNs, percebe-se que não é uma tarefa fácil, pois trabalhar com documentos em sala de aula, exige do professor compreensão, e dinamismo para que o mesmo consiga atingir os objetivos desejados a esse conteúdo, logo o conhecimento histórico parece “petrificado e estabelecido para todo o sempre” (MEC/SEF, 1998), e, portanto, supostamente vedado a reavaliações, questionamentos e reconstruções.

Para atingir o objetivo se faz necessário, um deles é que o professor precisa ciente do conhecimento prévio do aluno sobre o assunto que pretende trabalhar em sala de aula, para que ele estabeleça conexões entre seu aluno o objeto e seu conteúdo dado, proporcionando desdobramentos indispensáveis criando parcerias com a proposta instigando aprendizagem. Para que isso aconteça precisamos de uma metodologia própria que permita ao aluno tirar proveito do material que tem em mãos, segundo Lee:

Para compreendermos a História, precisamos falar de situações específicas do passado e promovermos a sua interpretação. Não se trata de trabalhar livremente com documentos. Se apenas damos às crianças fontes históricas, damos simplesmente conhecimentos desagregados. Se apenas damos diferentes versões, elas poderão entender que uma é certa e a outra é errada (LEE, 2001, p. 14).

Peter Lee nos faz compreender a necessidade de trabalharmos com o documento e levar este objeto para a sala de aula, tendo em vista, que não é só levar o documento em si mais sabe-lo interpreta-lo, pois cada um tem suas especificidades e partir do cabedal infinito de interpretações que este documento possibilita realizarmos.

Precisamos destacar que o professor deve ter “afinidade” com o documento que escolhe para trabalhar em sala de aula. Quando insto não ocorre os feitos desejados não passaram para o aluno, transformando a atividade em “lazer”, ou para o professor que não tem esmero pela sua profissão criando assim apenas um espaço de preenchimento do tempo na sala de aula. Em contraponto se o professor tiver o “macete” necessário para trabalhar o documento como elemento integrante do ensino, demonstrando a sua importância e elevada carga de conhecimento, logo o aluno saberá reconhecer a dimensão relevante que o documento tem para o aprendizado.

Outros pontos que vão do afinho entre professor e documento, que o mesmo faça a separação entre este e a ilustração, e que por trás do documento existe uma voz, tem um algo mais nas entrelinhas de cada processo, despertando no aluno senso investigativo. Sendo assim, este projeto busca aliar as tarefas de ordem prática, o trabalho com o documento, uma relação teórica trabalhando no alunado conceitos básicos de estudo da História, como; o que se tende por passado. Qual o sentido da ideia de processo histórico. Quais os papéis assumidos pelos indivíduos em uma sociedade, nas mudanças e permanências.

AUTOS FINDOS DO TRT 13ª E RELAÇÕES DE TRABALHO NA ERA VARGAS RELAÇÕES POSSÍVEIS

Em meados da década de 30, vislumbramos um novo cenário político no Brasil onde os laços que conectavam cidadãos e instrumentos de controle político sofreram mudanças significativas. A nação sofreu mudanças em sua esfera política, neste período a população rural deixa de ser a maioria dos trabalhadores do Brasil, configurando-se um novo cenário para o país, onde o processo de industrialização e urbanização são de extrema importância.

As representações expostas neste tempo, são cristalizadas na memória do povo como momento importante para criação das Leis trabalhistas que estão vigentes até hoje em nosso meio logo, este processo se torna peculiar para esse momento:

Com relação a garantia salarial assegurada à categoria foi a base de 10% (dez por cento) nunca inferior ao salário mínimo, portanto, declina o postulante ter sido dispensado em março de 1992, época que o salário mínimo importava em Cr\$ 96.037,33 (noventa e seis mil, trinta e sete cruzeiros e trinta e três centavos). O salário do postulante representava a quantia de Cr\$ 105.641,06 e não o valor de Cr\$ 230.000,00, constante da inicial postulada pelo mesmo. NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92

Com esse pequeno trecho o professor pode explicar como as leis trabalhistas fizeram de Getúlio um governante extremamente popular. Além disso, o professor pode indicar de que maneira leis de controle sobre os sindicatos foram de grande relevância nesse processo de controle desejado pelas autoridades da época. Ou seja, os processos podem trazer em suas entrelinhas elementos riquíssimos que dão um significado diferenciado a aula de história potencializando teoria e prática.

Descabido é o pleito de postulante no que se refere ao pagamento do título de aviso prévio, uma vez que o mesmo foi pago quando da rescisão contratual de trabalho devidamente homologada pelo sindicato da categoria em conformidade com o artigo 477 da consolidação das leis do trabalho. NDH-CH/EUPB. Processo TRT-13 JCJ-Guarabira 1840/92

Nas tessituras dos autos findos da justiça do trabalho são comuns os direitos e garantias do trabalhador e a CLT – Consolidação da Leis Trabalhistas, é latente discursos dos excluídos na luta por uma melhoria de vida e os mesmos tem seus direitos negados, ou seja, fica claro os vários desdobramentos que são possíveis quando se trata de trabalhar com o documento. É visível negação de 1/3 de férias, FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, Férias simples.

Sendo assim em 1933, Vargas aprova concessão de férias anuais para os trabalhadores, tendo em vista, que podemos ver que esses direitos nos autos dos processos do NDH, são constantemente negados, criamos aqui uma possibilidade segundo Walter Benjamin, onde saltamos como o tigre em direção ao passado. Somente, ele se dá numa arena comandada pela classe dominante. O mesmo salto, sob o livre céu da história, é o salto dialético da Revolução, como o concebeu Marx.

O “salto do tigre no passado” pode conduzir a saídas de sentidos contrapostos, conforme advenha “na arena onde manda a classe dominante” (identificação) ou “sob o céu livre da história”. Tal como a moda, a história é revivida, mas segundo essa duplicidade: como repetição ou como sentido inédito, como catástrofe ou como redenção. O que subjaz à abordagem de Benjamin é a crítica à noção de continuidade temporal: “A história é o objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio”, como interrupção do devir abstrato do tempo. A ideia segundo a qual a história é sempre escrita pelos vencedores é a ideia da “catástrofe” como continuidade da história: “A continuidade da história”, diz Benjamin, “é a dos opressores” e “a história dos oprimidos é uma descontinuidade”.

Se refletirmos entre os anos de 80 e 90 é visível um desenvolvimento democrático, ao logo de anos difíceis e um acelerado processo de privatizações e de redução do papel social do Estado vemos a importância de “brincar” com esses documentos, percebemos como eles nos dão possibilidades de criarmos e inovarmos dando saltos no passado e vindo para o presente.

Os autos findos do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (TRT-13) do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba (NDH-CH/UEPB) estão aí para ser saboreados por professores sedentos por novos métodos que socializem e aproximem o aluno da realidade tirando este da sua zona de conforto tornando aluno professor pesquisador. A luta pelos direitos trabalhistas tem um longo caminho pela frente. Ela interessa não apenas aos trabalhadores, mas a todos os que se batem pela ampliação do mercado interno e por uma convivência mais harmônica e democrática entre os brasileiros.

CONCLUSÕES

A utilização das fontes jurídicas em andamento no acervo documental do Núcleo de Documentação Histórica do Centro de Humanidades da UEPB tem demonstrado ser um material riquíssimo e que a todo tempo nos faz suscitar questões e formular hipóteses. Questões essas que a cada dia vão se aprimorando com a leitura dos autos-findos. Deste modo, por mais que tenhamos nos empenhado para o cumprimento das atividades, o trabalho ainda é muito intenso, sendo impossível concluí-lo neste momento.

Isso permitirá compreender aspectos da história paraibana, através das fontes judiciais. Poder ter acesso a estas fontes permitirá aos pesquisadores perceber relações sociais mais amplas possibilitando novas abordagens acerca do ensino de história observando no documento pessoas “anônimas” e dos “de baixo” na História³, que até então, estavam presas aos cordões de amarras dos autos-findos.

REFERÊNCIAS

BATALHA, Claudio H. M. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BARCA, Isabel. **Educação Histórica: uma nova área de investigação**. Revista da Faculdade de Letras. Porto, III Série, vol. 2, pp. 013-021. 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. MEC. Secretaria Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (1ª a 4ª séries)** - História. Brasília, 1997.

BRASIL. MEC. Secretaria Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais (5ª a 8ª séries)** - História. Brasília, 1998.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. In: BARCA, Isabel (Org.) **Perspectivas em Educação Histórica: Actas das Primeiras Jornadas Internacionais de Educação Histórica**. Braga: MINHO, 2001.

³ SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: Novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1998, p. 39-62.